

2
6-16540

ACTA
da
Reunião de negociação com a
Associação Sindical dos Seguranças da Polícia Judiciária

Acta n.º 25

Aos 12 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 18h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Associação Sindical dos Seguranças da Polícia Judiciária (ASSPJ), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com particular relevância em matéria remuneratória.

A reunião iniciou-se pelas 20h00, tendo-se acordado o agendamento de uma reunião de negociação para Quinta-feira, dia 21 de Outubro, pelas 17h00.

De seguida, o Senhor SEJMJ elencou as diversas medidas de contenção tendentes à redução do défice em 2011. Referiu ainda que as medidas pretendem de forma responsável e coerente repartir e dosear o esforço, razão pela qual determinados rendimentos ficaram de fora das reduções previstas na PLOE/2011. Referiu também que nas reuniões de negociação com outros sindicatos da Polícia Judiciária tinham aproveitado para abordar problemas pendentes relacionados com a carreira.

Feita esta breve introdução, a ASSPJ referiu que mantém a atitude de diálogo e de construção positiva e que já apresentou propostas a médio/longo prazo ao Ministério da Justiça no sentido de serem enviadas ao Ministério das Finanças e da Administração Pública. Salientou, como exemplo, a diferença entre a categoria profissional dos Seguranças da Polícia Judiciária e outras categorias da PJ. Pretende alguma igualdade ao aplicado à investigação criminal com as necessárias adequações, incluindo na aplicação do SIADAP.

O Senhor SEJMJ salientou a utilidade de criação de uma mesa negocial exploratória com o objectivo de analisar e discutir as questões invocadas pela ASSPJ. Solicitou à ASSPJ que analisasse o projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE, mencionando que o MJ teve a preocupação de preservar os direitos dos beneficiários e permitir alargar as entidades convencionadas. Agradeceu a presença da ASSPJ e a disponibilidade que demonstrou para iniciar a negociação colectiva.

O Senhor SEJMJ deu por finda a reunião pelas 20h20.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 12 de Outubro de 2010,

Pela Associação Sindical dos
Seguranças da Polícia Judiciária,
O Presidente,

Jaime Manuel Pereira

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,



José Magalhães